

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

ROSE MARIE DOS SANTOS KRUPACZ FIDELIS

**PÓS REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)**

MATINHOS

2016

ROSE MARIE DOS SANTOS KRUPACZ FIDELIS

**PÓS REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Especialização apresentado a banca
examinadora do Curso de Questão
Social na Perspectiva Interdisciplinar
da Universidade Federal do Paraná

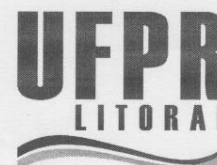
Orientadora: Prof^a. Silvana Cassia
Holler

MATINHOS

2016



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela orientadora Professora Msc. Silvana Cassia Hoeller, realizaram em 13 de outubro de 2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante Rose Marie dos Santos Krupacz Fidelis, sob o título "Pós Reassentamento das Famílias atendidas pelo programa minha casa minha vida (PMCMV)", sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

Matinhos, 13 de outubro de 2016.

Msc. Silvana Cassia Hoeller
Professora Orientadora

Dr. Maurício Cesar Vitória Fagundes
Professor Integrante

Dra. Edina Mayer Vergara
Professora Integrante

Rose Marie dos Santos Krupacz Fidelis
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:
CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



Pós-Reassentamento das Famílias Atendidas Pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

ROSE MARIE DOS SANTOS KRUPACZ FIDELIS¹

rosemarie1301@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o papel do Serviço Social em relação às famílias do pós-reassentamento do PMCMV. Ele foi motivado a partir de uma experiência de trabalho com as famílias em processo de reassentamento e teve como intuito responder à seguinte questão: as famílias retiradas de área de risco (irregular) têm garantido seu direito à habitação? Para um aprofundamento do tema, foi realizado um levantamento bibliográfico através de livros, artigos, sites, entre outras fontes secundárias, as quais possibilitaram abordar a Política de Habitação no Brasil e suas conquistas ao longo dos anos, bem como resgatar alguns dados relevantes do PMCMV e escrever sobre o Serviço Social no processo de pós-reassentamento. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa por meio da pesquisa-ação. Dessa forma, para a coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas feitas as profissionais de Serviço Social que atuaram no projeto social do programa (MCMV). Os dados foram analisados, mas entendendo que participamos ativamente do processo, isso nos possibilitou uma reflexão a partir da prática. O trabalho nos proporcionou refletir que a moradia vai muito além da casa própria para morar, devendo ser vista como um conjunto de serviços e políticas públicas para garantir o bem-estar social dessas famílias.

Palavras-chave: Política de habitação. Serviço Social. Trabalho social.

ABSTRACT

The article has as objective contemplates on the paper of the Social Service with the families of the powders resettlement of PMCMV. He was motivated starting from a work experience with the families in resettlement process. With intention of na answering the following subject, have the solitary families of risk (irregular) area beenguaranteeing her right the house? For na deeping of the theme a bibliographical rising was accomplished throught books, sites among other secondary sources. Which hem ade possible to approach on the Politics of House in Brazil and their conquests along the vears, to rescue some relevant data of PMCMV, to White on the Social Service in the process of powders resettlement. The used methodology was through a qualitative approach, and for collection of data we used a questionnaire with open questions done to the professional of Social Service that acted in the Social Project. The data were analyzed starting from the research action, for understanding that the researcher participated actively of the research. The work we provided to reflect that home is going a lot besides the own house to live, but should be seen as a group of services adn public politics to guarantee the good to be social of those families.

Words Key: Politics of house, Social Service, Social Work

¹ Assistente Social graduada pela Faculdade Integradas do Brasil – UNIBRASIL (2010).

Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo: raiva e tenacidade. Ciência e indignação. A iniciativa rápida, a reflexão longa, A paciência fria e a infinita perseverança, A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto, Apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a realidade. (Bertolt Brecht)

INTRODUÇÃO

Quando falamos em moradia, logo nos vem ao pensamento a imagem de um teto para mora, mas vai muito além disso. Ela deve ser pensada em um conjunto, e não somente na casa por si só. Envolve bens e serviços habitacionais articulados a políticas públicas, com vistas a suprir as necessidades da população atendida. Está ligada a um processo de vida, envolvendo vários fatores que busquem o bem-estar e a inclusão social das pessoas, garantindo o acesso aos serviços públicos, ao mercado de trabalho e ao lazer.

O presente artigo tem como tema o pós-reassentamento das famílias atendidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Para isso, definimos como problema da pesquisa: as famílias retiradas de área de risco (irregular) têm garantido seu direito à habitação? Esse tema foi motivado a partir da experiência de um trabalho social de intervenção, desenvolvido com as famílias atendidas pelo PMCMV em processo de pós-reassentamento. Tal experiência nos levou a pensar qual a nossa contribuição como Assistente Social para que esse direito à moradia seja consolidado.

Este estudo tem por objetivo geral refletir sobre o papel do Serviço Social com as famílias do pós-reassentamento do PMCMV e para melhor compreensão do tema tem como objetivos específicos: fazer um breve resgate da Política de Habitação no Brasil; resgatar os dados dos governos Estadual e Federal de famílias reassentadas pelo PMCMV; e relatar experiências do trabalho das assistentes sociais no PMVMC.

Para uma maior compreensão a respeito do projeto social abordado neste artigo, faz-se necessário um pequeno relato sobre o que é o projeto que atende as famílias inseridas no PMCMV.

A proposta do projeto era desenvolver ações voltadas para as famílias reassentadas, desenvolvidas com recursos provenientes do PMCMV. O trabalho sempre foi pensado considerando o perfil da população beneficiária do

programa. As famílias atendidas por esse programa são provenientes de diversas áreas de ocupação irregular de Curitiba. Elas passaram por um processo de habilitação conforme critérios do PMCMV, sendo determinante o critério da renda familiar para Faixa I, que na época do desenvolvimento do projeto era de até R\$ 1600,00 (BRASIL, 2014).

O trabalho social contempla três eixos: intervenção física, proteção social e educação sanitária ambiental, operando em conjunto com as secretarias municipais e fundações conforme normativa do trabalho social advindas do Ministério das Cidades e contando com uma equipe de profissionais de Serviço Social e técnicos ambientais responsáveis pelo eixo ambiental.

As ações desenvolvidas no projeto foram organizadas e gestadas com foco nas famílias contempladas com direito à moradia, advindas de áreas irregulares, como já citado. O objetivo do trabalho social é atender essas famílias logo que se instalam nos empreendimentos e acompanhar todo esse processo inicial de mudança, que muitas vezes se torna impactante para alguns, assim como expor a perspectiva da valorização do direito e do bem adquirido. Assim:

O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejado para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento. (BRASIL, 2013, p. 4).

O trabalho social iniciou com pesquisas de inclusão para levantar as demandas e fazer os devidos encaminhamentos para os serviços públicos; também realizou oficinas de convivência comunitária entre vizinhos, orçamento familiar e gestão condominial. A ação teve como objetivo amenizar todo o processo de mudança para o novo contexto. O prazo de duração foi de seis meses e seguiu um cronograma que definiu as ações desenvolvidas no decorrer do projeto. No final de cada mês foi elaborado um relatório que apresentou como estava o andamento da intervenção com as famílias. Existe ainda um relatório final de todo o projeto, no qual serão inseridas as considerações, desde o início até o fim do trabalho. O destino dos relatórios é a Caixa Econômica Federal, agente fiscalizador do programa (BRASIL, 2014).

Para elucidar como surgiu o programa MCMV e entender qual o caminho percorrido até aqui para essa conquista, a discussão do artigo organizou-se nos

seguintes tópicos, que tratam: da trajetória da Política Habitacional no Brasil, com uma contextualização histórica; o Programa Minha Casa Minha Vida, incluindo alguns dados relevantes para a pesquisa; o papel do Serviço Social em programas de pós-reassentamento – MCMV; um breve relato de como o Serviço Social compôs a Política de Habitação; uma explanação sobre qual é o papel desses profissionais no programa em questão; e ainda uma discussão referente às perguntas feitas às profissionais de Serviço Social que atuaram no projeto que essa pesquisa aborda, além das considerações finais.

A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

A Política Habitacional no Brasil ao longo do tempo vem passando por processos de mudanças, com o intuito de melhor atender às demandas da população sem moradia própria.

Para Bonduki (1998), a questão da habitação se deu no final do século XIX, início do século XX, com a abolição da escravatura. Com a crise da lavoura cafeeira e o início da industrialização, houve um crescimento da migração externa e interna para as grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, vistas como grandes centros industriais. Assim teve início o processo de exclusão e precarização habitacional no Brasil, e com o decorrer dos anos foi surgindo algumas políticas habitacionais para suprir de alguma maneira a falta de moradia. Portanto, no ano de 1930, devido ao processo de industrialização, o Brasil se deparou com um grande crescimento urbano.

No início do século XX, devido à rápida industrialização, as cidades atraíram grande parte da população, porém, inexistiam políticas habitacionais que impedissem a formação de áreas urbanas irregulares e ilegais. As áreas ocupadas ilegalmente são expressões diretas da ausência de políticas de habitação social. As políticas habitacionais propostas foram, em sua maioria, ineficazes devido a diversos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. (HOLZ; MONTEIRO, 2008, p. 1).

A questão da habitação na época transpunha a falta de moradia; era vista como uma expressão da questão social² que envolvia vários fatores como: o

² Questão Social será apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

desenvolvimento do capitalismo, o Estado que se omitia e acabava se tornando controlador, repressivo e excludente (SILVA, 1989). A autora ainda coloca que o Estado se posicionava de forma indireta diante dessa crise habitacional, somente preocupado com as condições de higiene da cidade. Somente a partir de 1937 o Estado começa a intervir de forma direta no setor habitacional.

Santos (2009) ressalta que as primeiras políticas habitacionais foram criadas entre as décadas de 1940 e 1960, mais precisamente em 1946 com a chamada Fundação da Casa Popular, também conhecida como aquisição da casa própria. Essas moradias eram financiadas através dos créditos imobiliários oferecidos pela Caixa Econômica e pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, mais conhecidos como IAPS.

A Fundação da Casa Popular, primeira política nacional de habitação, criada em 1946, revelou-se ineficaz devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas, o que comprometeu o seu desempenho no atendimento da demanda, que ficou restrito a alguns Estados da federação e com uma produção pouco significativa de unidades. (BRASIL, 2004, p. 9).

Somente em 1964, após o golpe militar, o novo governo cria o sistema financeiro de habitação, em parceria com o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH), com o objetivo “de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda” (LEI nº 4.380/1964). O BNH vem para pôr fim a uma política clientelista. Esse novo modelo de política habitacional permite que sejam criados meios através do sistema financeiro para captar recursos, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o sistema de poupança e empréstimos.

Os autores Rolnik e Nakano (2009) trazem uma crítica a essa política, levando em conta que devido às facilidades desses financiamentos, houve um aumento nos valores dos imóveis, que acabaram contemplando somente a classe média e de alto padrão. Dos 4,5 milhões de moradias construídas na época, tão somente 33% foram destinadas às famílias de baixa renda, localizadas em periferias que não ofereciam infraestrutura nenhuma aos moradores. Os autores afirmam ainda que em nenhum momento os financiamentos oferecidos conseguiram alcançar a faixa de renda familiar mensal de 0 a 3 salários mínimos. Sendo assim, houve o aumento das

construções irregulares e precárias, e com isso o déficit habitacional continuava a crescer.

Em contraponto, Mota (2014) fala que o intuito dessa política era de otimizar a economia através da geração de emprego e do fortalecimento do setor da construção civil, garantindo com isso a estabilidade social. Mas essa política não perdurou por muito tempo, pois em 1986 ela foi extinta. Isso ocorreu devido a uma crise no sistema financeiro, fazendo com que os programas de habitação fossem reduzidos de forma drástica.

Com a extinção do BNH, a Caixa Econômica Federal assume suas funções. A habitação permaneceu vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), caracterizado na época pela redução de recursos na habitação (BRASIL, 2004). Essa época foi marcada por ocupações irregulares, mas por outro lado, iniciou-se a luta dos movimentos sociais com objetivo de reivindicar uma reforma urbana, trazendo a questão da moradia como direito.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, devido a essa pressão por parte dos movimentos sociais, foram criados alguns programas e projetos na área habitacional, pensados para a população de baixa renda. No entanto, eles não integravam uma política de habitação, e sim ações assistenciais e emergenciais. Tais programas e projetos foram criados pela esfera municipal das secretarias ou órgãos assistenciais (SANTOS, 2009).

Em 1988 cria-se o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES), sendo assim, as atividades passam a ser do sistema financeiro de habitação e Caixa Econômica Federal, vinculadas ao Ministério da Fazenda, cuja pasta permanece na gestão da Política Habitacional (BRASIL, 2004). Devido à nova política, houve a extinção do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU).

Com o passar dos anos, a política habitacional foi sendo recriada para melhor atender à população. Os movimentos sociais foram um dos grandes protagonistas nessa luta pelo direito à moradia, pois contribuíram para a inclusão do texto sobre política urbana na Constituição de 1988, resultando nos artigos 182 e 183. Esse marco constitucional passou a considerar a propriedade como interesse público. Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a política habitacional resultou em parcerias entre estados, municípios, setor

privado e Organizações Não Governamentais (ONGs), com isso agregando várias políticas complementares (SANTOS, 2009). Ainda nesse governo, no ano 2001 foi instituído o Estatuto das Cidades através da Lei nº 10.257. Essa lei regulamenta a política social de moradia como princípio de política urbana e veio para garantir maior acessibilidade dos moradores de assentamentos irregulares à regularidade.

O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir a efetividade ao Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pelo desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. (BRASIL, 2010, p. 3).

O Estatuto das Cidades trata de estabelecer uma presença maior do Estado, visando refrear e regular o preço da terra, bem como permite que o Estado consiga ter maior controle sobre usos e ocupações do solo urbano.

Já em 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério das Cidades. Essa conquista foi fruto da militância dos movimentos sociais referente à questão da reforma urbana. O ministério foi visto como um novo marco político para o setor habitacional, visando possibilitar “estratégias para o desenvolvimento urbano, em especial para enfrentar os problemas relacionados com os assentamentos precários e efetivar o direito à moradia digna para a população de baixa renda, que exige a integração das políticas urbanas” (BRASIL, 2010, p. 14).

Logo em seguida, no ano de 2004, é aprovada a Política Nacional de Habitação (PNH). Com isso, ela passou a incorporar o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, sendo uma forma de garantir o direito à cidade e não apenas à unidade habitacional (BRASIL, 2004). Para tanto, a “Política Nacional de Habitação é composta pelo seguinte conjunto de instrumentos: o Sistema Nacional de Habitação (SNH), o Desenvolvimento Institucional, o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento e o Plano Nacional de Habitação” (BRASIL, 2004 apud MUZI, 2010, p. 17).

Através da PNH é sancionada a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, conhecida como Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, tendo como objetivo atender à população de baixa renda, reservando a ela o direito de acesso a uma moradia digna. Os recursos eram provenientes do Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT), FGTS, Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS), entre outros. A PNH fez mudanças significativas no setor habitacional, apontando políticas legais e administrativas capazes de efetivar o direito social à moradia para toda população brasileira. Ela prevê a organização de um Sistema Nacional de Habitação, que é composto pelo Ministério das Cidades, Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e Conselho Curador do FGTS (BRASIL, 2010).

Podemos observar que a política habitacional no Brasil apresenta um grande avanço, mas ainda tem inúmeros desafios na universalização do acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

Entre os vários programas habitacionais que surgiram ao longo dos anos, podemos destacar o PMCMV, o qual visa atender famílias de baixa renda, principalmente as que residem em condições precárias, programa esse que será abordado no próximo tópico.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O PMCMV veio para mudar a história da habitação no país e é visto como a maior iniciativa de acesso à casa própria já criada no Brasil. Seu objetivo é atender às famílias de baixa renda que necessitam de moradia própria, tanto na área urbana como rural. Os investimentos geralmente são oriundos do Orçamento da União (OGU) e do FGTS, mas também utiliza recursos do Fundo de Arrendamento (FAR)³, enquanto a Caixa Econômica Federal está relacionada com a concessão dos financiamentos e administração dos subsídios, visto como agente fiscalizador.

No entanto, exerce papel central no PMCMV, já que “também tem influenciado o desenho do programa, pois além de contratar a operação financeira e acompanhar a execução das obras pelas empresas construtoras, estabelece os critérios técnicos para sua operacionalização e execução”. Além disso, tem “papel decisivo na gestão operacional do PMCMV, na medida em que é responsável pela concessão do financiamento tanto ao usuário quanto às construtoras e

³ Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) é um programa do Governo Federal em parceria com os Estados e Municípios, gerido pelo Ministério das Cidades. O objetivo do Programa é a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1,6 mil. (BRASIL, Ministério das Cidades, 2016 – Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv> > acesso em Maio de 2016).

incorporadoras e pela aprovação do projeto do ponto de vista técnico, jurídico e econômico-financeiro". (LOUREIRO et al., 2013, p. 23).

O MCMV é um programa do Governo Federal, criado em 2009, que além de subsidiar o financiamento à moradia, proporcionou geração de empregos em diversas áreas, mas principalmente na construção civil. Sua meta quantitativa inicialmente foi de 1 milhão de unidades contratadas, a qual foi atingida entre os anos de 2009 a 2011. Podemos dizer que o objetivo desse programa é dar atendimento para as famílias que se encaixam dentro da faixa de renda estabelecida. Esse critério de faixa de renda é uma estratégia para priorizar as famílias em vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2010).

Além do critério salarial, as famílias também são priorizadas segundo critérios municipais, definidos pelos Conselhos de Habitação dos Municípios, e critérios nacionais, descritos a seguir:

- famílias residentes ou que tenham sido desabrigas de áreas de risco ou insalubres;
- famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- famílias que têm pessoa com deficiência (PcD), deficiência essa comprovada por meio de atestado médico com Código Internacional de Doença (CID).

Porém, para que a família consiga atender esses critérios e participar do PMCMV, ela precisa estar devidamente inserida no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), mantendo sempre atualizadas as informações, porque é através desse cadastro que o programa beneficia as famílias que possuem critérios de priorização (BRASIL, 2010)

O Ministério das Cidades é o agente que regulamenta todo esse processo, responsável por estabelecer as diretrizes, fixar regras, condições e definir a distribuição dos recursos, além de acompanhar e avaliar o desempenho do programa. Tudo isso acontece por meio de normativas estabelecidas em leis, decretos e portarias.

O PMCMV foi dividido em fases e atualmente se encontra na terceira fase, como relata Magalhães (2016), que acrescenta ainda sobre a nova Faixa 1,5 que visa atingir uma população que ainda estava desassistida pelo programa. Ressalta que uma das melhorias mais importantes é com relação aos projetos, sendo pensado não somente em unidades sólidas e bonitas, mas em um

empreendimento que possa oferecer a sua volta equipamentos sociais e condições de urbanização, uma forma de dar suporte para as famílias atendidas.

Em contraponto, Maricato (2011) traz algumas críticas no que se refere à localidade dos empreendimentos, principalmente que atendem às famílias Faixa 1. Discorre que existe o recurso, porém, não há uma terra urbanizada com escolas, emprego, esgoto, transporte, entre outros serviços. Coloca que as famílias, na maioria das vezes, têm direito à moradia, mas não à cidade. Nem sempre se pensa na qualidade das moradias, no grupo familiar que vai ocupar, “em outras palavras, evidencia-se aqui a seriedade no que tange superar a solução básica dois quartos, cozinha e banheiro, com 35m² cada domicílio, para qualquer tipo de família” (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011, p. 18). Quando acontece isso, podemos observar que o direito à moradia é visto somente como um teto para morar, e nunca na totalidade de direitos.

Essa nova fase do programa passa ampliar as faixas para melhor atender às famílias, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 1 – FAIXA DE RENDA PARA CONCESSÃO DO PMCMV

| Renda familiar mensal | Faixa do MCMV | Característica |
|------------------------------|----------------------|--|
| Até R\$ 1.800,00 | Faixa 1 | Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais, sem juro |
| Até R\$ 2.350,00 | Faixa 1,5 | Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano |
| Até R\$ 3.600,00 | Faixa 2 | Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano |
| Até R\$ 6.500,00 | Faixa 3 | 8,16% de juros ao ano |

FONTE: MINISTÉRIO DAS CIDADES (2016).

* No caso dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, a renda anual da família deve ser de até R\$ 78.000,00.

O quadro acima evidencia que o programa trabalha com outras faixas de renda, para poder alcançar o maior número da população que não tem acesso à moradia própria. Todavia, os benefícios oferecidos a essas faixas são diferenciados da Faixa 1, “atendimento da população de baixa renda com habitação de interesse social representa atualmente a maior investida governamental da história do país no combate ao déficit habitacional, o qual é composto majoritariamente pelas famílias pobres” (AGUIAR; OLIVEIRA, 2013,

p. 270), o qual é foco do programa, representando 90% do déficit habitacional do país. As famílias atendidas na Faixa 1 são contempladas com menor valor de juro, tendo o fundo garantidor para cobrir possíveis inadimplências justificadas, além de prestações mensais limitadas a 10% da renda mensal, dividido no período de 10 anos.

Até o presente momento, o programa contratou um total de 4.219.366 unidades. No entanto, foram entregues 2.632.953, contemplando as famílias em vários estados. No Paraná, até o momento foram contratadas 303.414, das quais somente 240.624 foram entregues. O programa contempla várias cidades, sendo que mais de 914 mil pessoas foram beneficiadas com a casa própria (BRASIL, 2016).

Enquanto em Curitiba já foram mais de 6.719 mil famílias contempladas, advindas de diversos municípios, os investimentos ultrapassam os R\$ 169 milhões (PREFEITURA DE CURITIBA, 2015). Dentre todas as unidades entregues, está o empreendimento no qual foi desenvolvido o trabalho social citado nesse artigo.

Em apenas sete anos de programa já são mais de 2,4 milhões de unidades entregues, atingindo a marca de 270 bilhões em investimento, transformando a realidade de mais de 9 milhões de pessoas. Apesar de apresentar números significantes de famílias contempladas, ainda há um grande caminho a ser percorrido, pois grande parte da população aguarda ser contemplada com a casa própria.

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL EM PROGRAMAS DE PÓS REASSENTAMENTO – MCMV

Para entender como o Serviço Social se legitimou no PMCMV, é necessário buscar um pouco na história como a profissão surgiu e compôs a política de habitação.

De acordo com Silva (2008) o Serviço Social surge na década de 1930, vista como uma profissão tradicionalista e conservadora. Surge no meio da revolução industrial, sendo os centros urbanos tomados por imigrantes europeus e pessoas do campo que vinham para cidade em busca de emprego e melhores condições de vida. A profissão tinha um viés assistencialista, pautado na igreja católica com as irmãs de caridade.

O desenvolvimento da industrialização e o crescimento urbano davam uma nova dimensão à questão social, de tal modo que o Serviço Social começa a intervir, mas seu olhar era influenciado pela igreja católica e a profissão era vista como ação social de caridade. Segundo Raichelis

Foi um contexto de enfrentamento da questão social pelo Estado e empresariado, com o apoio da igreja católica, que conduzia a institucionalização e a legitimação do Serviço Social profissional, em um cenário em que a pobreza é simultaneamente naturalizada e vista como uma ameaça à ordem burguesa. (RAICHELIS, 2006, p. 1).

O Estado começa a criar ações voltadas à população descontente com o desenvolvimento capitalista e tenta mascarar a realidade para que a população não se revoltasse contra ele, mas estas ações eram vistas apenas como obra de caridade, e não como direito (SANTO et al., 2014).

Então, nos anos 1940, o profissional começa a praticar o trabalho comunitário, pois acreditava que o trabalho individualizado era demorado. O objetivo era de reconstruir a comunidade que sofria com o impacto do novo modo de produção capitalista. Ainda no viés conservador, o profissional centrava seu trabalho para organizar as comunidades de forma a resgatar a dignidade humana delas, trabalhando de forma coletiva, também conhecido como desenvolvimento de comunidade (NALIN, 2013).

Somente nos anos 1970 a profissão começa a romper com o conservadorismo. Inicia-se o período de reconceituação e a profissão começa a ser repensada tanto nos aspectos teórico-metodológicos e técnicos como instrumentais e interventivos, mas foi somente na década de 1980 que as novas bases teóricas foram consolidadas. Todo esse processo de reformulação pela qual a profissão passou trouxe instabilidade para a prática profissional, inclusive no espaço urbano.

No âmbito do Serviço Social, inicia-se a gestão de um projeto profissional comprometido com os direitos humanos e sociais, com a ampliação da democracia social econômica, com a qualificação das políticas públicas e a construção da cidadania para todos. (RAICHELIS, 2006, p. 7).

Esse período traz para o Serviço Social uma nova perspectiva de transformação social e a profissão passa a se articular com os movimentos sociais, visando ao fortalecimento das classes populares e, com isso, que lutassem por direitos e cidadania.

Para Brasil (2010), a ação do Serviço Social está voltada para a atuação com famílias e indivíduos através de orientação e encaminhamento, possibilitando à população lutar por seus direitos. Portanto, o profissional, no âmbito urbano, passa a atuar como mediador nos interesses voltados para a população e à instituição no qual está inserido.

Contudo, a profissão continuou seu processo de reconceituação e passou a construir projetos para que houvesse uma mudança na formação da profissão, trazendo consigo a elaboração do Código de Ética de 1986, o qual, mais tarde, passou por uma revisão para superar as dificuldades. Essa revisão aconteceu no ano de 1993, sendo aprovado o novo Código de Ética. Para Barroco (2008, p. 201), “ao explicitar sua inserção no processo de ruptura com o Serviço Social tradicional, o código remete à construção de um projeto profissional vinculado a um projeto social radicalmente democrático”, rompendo, assim, com o conservadorismo e afirmando seu compromisso com a classe trabalhadora. Esse avanço marcou a trajetória do Serviço Social no Brasil.

Iamamoto (2009) coloca que ao longo de sua trajetória histórica, o Serviço Social vem sendo reconhecido por seus conhecimentos e competências, sempre pautados nas dimensões éticas, políticas, teóricas, metodológicas e operativas, as quais garantem sua atuação nas manifestações da questão social. Sendo assim, podemos dizer que a profissão, ao longo da sua trajetória, vem ganhando visibilidade em diversos campos de atuação, com destaque na política habitacional como um dos espaços de atuação da profissão.

A profissão de Serviço Social vem sendo desenvolvida há muito tempo na política de habitação, a qual é caracterizada em cada contexto histórico. Mas somente no ano de 2003, com criação do Ministério das Cidades, passa a ser componente básico da política habitacional, pois segundo normativas dessa política, toda execução de obras físicas que envolve famílias é obrigatório o trabalho social, ressaltando que o trabalho é desenvolvido com as famílias desde seu local de origem até chegar no pós-reassentamento, tema de estudo deste artigo, e que pode ser compreendido como:

Um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas

famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2014, p. 5).

O trabalho social, nesse processo, é visto como educativo, orientador e emancipatório, buscando conscientizar as famílias beneficiárias do programa quanto aos direitos e deveres da nova moradia. Também vem para auxiliar a fixação dessas famílias dentro do novo contexto. Para Fraga e Sasso (2010), o papel que o Assistente Social⁴ desenvolve na política de habitação suscita nas famílias processos de emancipação, da luta pelos direitos, possibilita a participação delas no processo de adaptação na nova moradia. Mas para que o trabalho seja efetivo, o profissional tem que conhecer e compreender o contexto histórico dessas famílias de forma a construir espaços de medições para que seja desenvolvido com êxito.

O Trabalho Técnico Social desenvolvido pelo Assistente Social, através de uma Política de Habitação do Estado, possibilita que uma parcela significativa da população brasileira tenha não somente o acesso a uma moradia, mas que se envolvam com outras condições inerentes ao exercício da cidadania. (CASSAB; OLIVEIRA, 2010, p. 86).

Segundo Haddad e Petilo (2013), para que o trabalho aconteça é preciso inicialmente o profissional levantar as demandas dessas famílias através de um questionário de pós-ocupação, e a partir da pesquisa aplicada ele consegue identificar as principais necessidades da comunidade, para assim planejar e criar ações voltadas à realidade local. Isso requer o uso de vários instrumentais, como: entrevista, visita domiciliar, observação, reuniões, relatório e abordagem, sendo esta última um dos principais instrumentos, pois permite estabelecer vínculos com as famílias, sendo isso essencial para o desenvolvimento dos outros instrumentais com sucesso.

O Ministério das Cidades procura definir regras, normas e diretrizes para o bom desempenho do trabalho social. A Portaria nº 21/2014 trata do conceito,

⁴ Segundo Nalin, ser assistente social é se apropriar de um mundo que trata com indiferença a opressão e a exploração. É estar atento ao sujeito singular que chega, trazendo em sua história de vida marcas das expressões da questão social. É poder avançar, ainda em um cotidiano perverso e excludente, ir além do aparente, superar o objeto desvendado através de uma postura ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa voltada à garantia de direitos. É não se conformar ou naturalizar os acontecimentos do cotidiano (2013, p.176)

objetivos, atribuições, entre outras, para que esse trabalho dê sustentabilidade aos empreendimentos e às famílias que ali residem.

Para Brasil (2010), a maior dificuldade que as famílias encontram logo quando chegam à sua nova moradia é relativa às despesas fixas que antes não tinham, como: condomínio, prestação da casa, entre outras. Esse deslocamento de um lugar para o outro muitas vezes desestabiliza a população com falta de emprego e a distância dos centros urbanos. O trabalho técnico social vem, inicialmente, para dar um suporte, garantindo a sustentabilidade das famílias nos empreendimentos, fazendo com que elas consigam se adaptar e criar meios de sobrevivência através de outras políticas públicas que são encaminhadas pelo profissional de Serviço Social, o qual cria estratégias de intervenção, fazendo com que essas famílias não abandonem suas moradias para voltar a sua área de origem.

Segundo Gottschalg (2012) é preciso que o Assistente Social trabalhe de forma articulada com outras áreas envolvidas no projeto, como: Arquiteto, Engenheiro, Sociólogo, Técnico Ambiental etc. É através do trabalho interdisciplinar que se consegue atender e dar suporte às necessidades das famílias, fazendo com que elas se apropriem do espaço, sentindo-se pertencentes do novo contexto. Para Haddad e Petilo:

Se não existir o trabalho interdisciplinar entre distintas áreas, também um tempo mais extenso de acompanhamento com as famílias, além da integração das políticas públicas locais, o trabalho social em habitação dificilmente obterá resultados efetivos. (HADDAD; PETILO, 2013, p. 5).

Uma das etapas importante do projeto é a pesquisa de satisfação pós-intervenção, na qual o profissional de Serviço Social procura saber das famílias, por meio de um questionário, suas percepções referentes à infraestrutura, acesso aos serviços e equipamentos sociais, transporte público, acesso ao local de trabalho, segurança pública, áreas de preservação, coleta e separação do lixo, família e renda, relação entre vizinhos e participação durante o projeto de trabalho social. O objetivo da pesquisa é avaliar o que melhorou na vida das famílias e, com isso, criar novos redirecionamentos para projetos futuros (BRASIL, 2013). Sempre que houver pesquisas para levantamento de opinião, é recomendado que o profissional apresente os resultados para a população participante, ressaltando sempre a importância do trabalho social, pois desenvolvemos um papel de mediação com o intuito de emancipar o indivíduo,

fazendo com ele tenha consciência do seu poder como sujeito de direito. O papel do Assistente Social é dar autonomia a essas famílias, através de orientações e encaminhamentos a serviços públicos, conscientizando-as sobre a importância do acesso a seus direitos.

METODOLOGIA

Para melhor elucidar essa pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa, a qual visa analisar a realidade social, também considerada como um método de investigação. Martilli (1999), apresenta a importância da pesquisa qualitativa no Serviço Social. Dessa forma, observamos que os profissionais dessa categoria atuam na realidade vivida, tendo como principal objetivo trabalhar com o sujeito que faz parte de uma realidade coletiva. Essa autora ainda ressalta:

No que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter no presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa. (MARTILLI, 1999, p. 25).

A partir desse olhar conseguimos entender além da aparência do fenômeno e busca alcançar a essência, fazendo com que o pesquisador priorize o processo como um todo. Entretanto, para chegar a esses resultados, as informações emergem da vida cotidiana, nas inter-relações, nas bibliografias e na análise de documentos.

Para maior compreensão da pesquisa, houve a necessidade de um levantamento de referências em livros, artigos, teses, sites, entre outras fontes secundárias. Essa técnica também é conhecida como pesquisa indireta. Para Gil (2008), esse tipo de pesquisa permite que o pesquisador tenha uma série de informações, no entanto, ressalta o cuidado com esses tipos de fontes, as quais muitas vezes podem trazer dados e informações erradas. Para isso, tem que se assegurar quanto às fontes pesquisadas e se existe coerência nas informações, por isso a importância de pesquisar e utilizar várias fontes.

Como instrumento para coleta de dados foi utilizado um questionário com duas perguntas abertas. Os sujeitos da pesquisa foram duas profissionais de Serviço Social que atuaram no projeto social voltado a atender às famílias reassentadas do PMCMV no empreendimento situado no Bairro Santa Cândida, município de Curitiba, no período de agosto de 2015 a janeiro de 2016. Para Gil

(2008), o questionário é um instrumento para coleta de dados, composto por questões que são aplicadas a pessoas com objetivo de obter informações sobre vários campos de conhecimento, também conhecido como técnica de investigação social.

As perguntas que compuseram os questionários foram abertas, “também chamadas livres ou não limitadas [...] que permitem ao informante responder livremente usando linguagem própria e emitir opiniões” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 89). Esse tipo de pergunta alcança respostas intensas. No entanto, pode haver dificuldade na obtenção de respostas de alguns participantes, bem como o não atingimento do objetivo da pergunta sugerida no questionário.

A análise dos dados se fez a partir da pesquisa-ação, na qual o pesquisador participa ativamente do universo que está sendo pesquisado. Ele tem o privilégio do contato direto com alvo pesquisado. Segundo Thiollent (1985 apud Gil, 2008, p. 30), pesquisa-ação pode ser definida como:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo.

Nesse processo de participação, ele deixa de ser um observador e passa a ser um integrante da pesquisa, o que permite criar possibilidades de realizar uma análise reflexiva da realidade pesquisada. A partir daí tem possibilidade de criar estratégias para conhecer melhor o objeto de estudo pesquisado. Esse caminho percorrido também permite criar meios de intervenção para transformar a realidade do alvo pesquisado.

DISCUSSÃO REFERENTE ÀS PERGUNTAS FEITAS PARA AS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL QUE ATUARAM NO PROJETO SOCIAL DE PÓS-REASSENTAMENTO

O questionário foi constituído com as seguintes perguntas:

- Para você, como Assistente Social, o que significa esse trabalho de pós-reassentamento e os desafios encontrados?
- No seu olhar, o que esse programa ou projeto beneficia as famílias?

As perguntas foram aplicadas às profissionais com o intuito de evidenciar a importância do trabalho desenvolvido com as famílias de pós reassentamento do PMCMV.

Analisando os questionamentos quanto ao significado do Serviço Social no projeto, ficou evidente na fala das profissionais a preocupação com as famílias por serem oriundas de áreas de risco e com seus direitos muitas vezes violados, sentindo-se discriminadas por sua real situação e se limitando a viver com o que lhes é oferecido. Trazem que o papel do profissional é amenizar, de alguma forma, a desigualdade social e promover cidadania a essa população atendida, pois entendem que é necessário muito além de uma moradia, sendo fundamental o acesso a outros serviços públicos e privados. Colocam que o trabalho social tem como prioridade auxiliar as famílias ao novo modo de vida, sendo que para algumas acaba se tornando um grande desafio adequar-se às novas despesas da moradia. Para Cassab e Oliveira, muito embora o

Trabalho Social se apresente com caráter de desenvolvimento socioeconômico e sustentável das famílias acompanhadas, o fator potencial para o alcance dos objetivos propostos no Projeto está na maneira com que o Serviço Social se apresenta para sua demanda, ou seja, de forma a se desvencilhar as barreiras impostas [...], atuando com a possibilidade de resgatar vínculos familiares e a participação efetiva de cada cidadão, promovendo estratégias para o desenvolvimento dos laços de vizinhança, organização comunitária e a participação política. (CASSAB; OLIVEIRA, 2010, p. 85).

Tais ações permitem o fortalecimento da população atendida, garantindo, assim, o protagonismo social e o encorajamento para a conquista do direito ao acesso às políticas públicas.

Quando questionadas sobre os desafios encontrados, fica evidente quanto ao tempo de duração do trabalho, sendo este de seis meses, o qual demonstrou ser insuficiente para abordar todos os aspectos necessários para seu desenvolvimento, que podemos constatar na resposta “[...] o desafio foi o tempo do projeto, de apenas seis meses, para trabalhar com famílias privadas de vários direitos, os quais requer tempo para desenvolver ações que alcance toda essa população atendida”. Segundo Haddad e Petilo (2013, p. 4), “o pouco tempo de acompanhamento com as famílias é um desafio, pois se sabe que a transformação de uma realidade social é algo gradual e que não se atinge com ações breves e pontuais”. No entanto, acaba sendo visto como suporte inicial de intervenção e visa superar demandas pontuais, colaborando na fixação das

famílias no empreendimento. Segundo as profissionais, outra dificuldade é referente à mobilização dos moradores para participar das ações previstas no projeto, ações essas que trazem estratégias de intervenção. Para Brasil (2010, p. 7), “O ponto fundamental do trabalho social é o de dar possibilidade para que essas famílias percebam que têm direitos e reforçar sua capacidade de organização e de reivindicação [...]” com intenção de contribuir da melhor forma para que as famílias consigam mudanças significativas no seu desenvolvimento social. Ficou evidente que um desafio preocupante que a equipe técnica se deparou foi com relação à distância dos equipamentos públicos e privados, que acabou dificultando a garantia aos direitos básicos como educação, trabalho e saúde. Para Amado

Estamos falando de um conjunto de outras possibilidades de se viver bem, como ter direito a uma educação de qualidade, um emprego, meios de transporte, acesso a bens e serviços, lazer, enfim, todos esses recursos que sabemos serem necessários. Porém, o problema na habitação continua a ser uma questão a ser superada, contudo, como uma política pública inerente ao Estado, pois a maior parte da população não tem acesso a esses bens e serviços e são completamente excluídos de qualquer possibilidade de emancipação. (AMADO, 2011, p. 28-29).

Ao perguntar quanto aos benefícios que o programa proporcionou às famílias, acreditam que um dos benefícios diz respeito à realocação das áreas de risco, onde sofriam com alagamentos, entre outras precariedades. Ressaltam que muitos realizaram o sonho da casa própria, que deixa de ser um favor e passa ser vista como direito, ficando evidente nesta resposta da profissional: “beneficiou por tirar as famílias de áreas em que conviviam com ratos, baratas e outros insetos e bichos peçonhentos, sofriam com alagamento, pois a área de origem era em beira de rio. Muitas famílias viviam em casas feitas com restos de madeira, sem nenhum conforto e segurança”. Todavia, analisam o programa da seguinte forma: se considerarmos o Programa Minha Casa Minha Vida de forma imediata, levando em consideração o perfil do público atendido, os quais antes viviam em área de risco (irregular). E passam, então, a ter uma casa própria através de financiamentos acessíveis. Assim, podemos dizer que o programa consegue atingir suas expectativas. Porém, se analisarmos de uma forma mais ampla, podemos deduzir que não é tão benéfico assim, pois às vezes não consegue dar conta das necessidades que a população atendida apresenta. Essa constatação inclusive foi apresentada na pesquisa final de satisfação de

pós-intervenção, a qual foi aplicada aos moradores no final do trabalho social, que demonstrou um alto percentual de insatisfação por parte das famílias com relação à expectativa da nova moradia e à infraestrutura que o local oferece. Contudo, quando falamos de direito conquistado pelo cidadão, é preciso deixar claro que isso não exime o Estado de garantir os demais direitos. Portanto, o papel do Assistente Social no programa é transmitir conhecimento para os moradores passarem a buscar e garantir seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar através dessa pesquisa o quanto a política habitacional no Brasil avançou ao longo dos anos. As conquistas são notórias, porém, no início era uma política mais focalizada, voltada a atender um grupo mínimo da população que tinha mais poder aquisitivo, enquanto a maioria das famílias de baixa renda, que tinha a necessidade de uma moradia, acabava desassistida por essa política. Para Rolnik e Nakano (2009), devido ao aumento dos imóveis, somente a classe média e de alto padrão foram contemplados, enquanto para as famílias de baixa renda sobrou os imóveis localizados em periferias, os quais não ofereciam nenhuma infraestrutura aos moradores. Diante dessa situação, muitas famílias, não tendo alternativas, acabavam indo viver em áreas de risco, evoluindo para uma crise habitacional que elevou o déficit habitacional na época.

Com o passar dos anos, as políticas foram sendo reformuladas para melhor atender à população de baixa renda. Visto como uma revolução na política habitacional, o PMCMV em 2009 trouxe expectativas de melhores condições de vida para famílias que ainda estavam desassistidas por essa política, a qual veio contribuir para a redução do déficit habitacional no país.

Nota-se que o programa MCMV, nas suas fases, conseguiu atingir suas metas na contemplação da casa própria, voltado à população que residia em área de risco (irregular). Todavia, o programa apresenta algumas controvérsias na sua finalidade, e acaba sendo alvo de várias críticas, uma delas diz respeito do programa fomentar e beneficiar as grandes construtoras. Com tudo isso acaba deixando de lado o principal objetivo do programa o qual fala do direito à uma moradia digna as famílias e o bem estar social das mesmas. Na maioria das

vezes tem como preocupação a quantidade de moradias construídas, deixando de lado a qualidade para melhor atender às famílias.

Acredito que existe alguns desafios para serem superados no programa MCMV, tanto na parte da infraestrutura oferecida ao redor dos empreendimentos construídos, pois geralmente são construídos afastados dos grandes centros urbanos com isso acaba dificultando a vida das famílias atendidas. Outro desafio diz respeito a qualidade das moradias básicas de 35m² as quais são pensadas em um grupo familiar pequeno, sendo que na maioria das vezes as famílias contempladas pelo programa são compostas por mais de cinco pessoas. Atualmente o programa está na fase três, ela foi criada com objetivo de atender o maior número de famílias trazendo algumas modificações para melhor atender os contemplados do programa.

Maricato (2011) enfatiza que as famílias, na maioria das vezes, têm direito à moradia sem direito à cidade; falta uma terra urbanizada com escolas, saneamento básico, transporte, entre outros serviços. O benefício da moradia tem que vir acompanhado de uma totalidade de direitos. Contudo, houve uma preocupação com a sustentabilidade das famílias nos empreendimentos e o impacto de mudança. Houve, então, uma preocupação de implantar um projeto voltado a atender essa população em processo de reassentamento.

A maioria das famílias acabavam sofrendo um grande impacto em suas vidas nesse processo de mudança para o novo contexto, pois já tinham seus laços formados onde residiam, muitas não estava adaptadas a pagar contas fixas como água, luz e agora a prestação do financiamento e o condomínio. Algumas famílias quando se deparavam com essa realidade acabavam se desmotivando e voltando ao seu local de origem por se sentirem sem as mínimas condições de ficar no empreendimento.

O trabalho social veio para dar conta dessa demanda, através de ações que priorizam a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária. Segundo Fraga e Sasso (2010), o papel do Assistente Social na política de habitação é suscitar nas famílias processos de emancipação, luta pelos direitos, possibilitar a participação no processo de adaptação à nova moradia. No decorrer da pesquisa, observamos que o profissional de Serviço Social se depara com alguns limites, o que dificulta sua intervenção. Quanto ao tempo de duração do projeto, fica notória a dificuldade

em dar conta das ações propostas e o atendimento das demandas de encaminhamentos a outros serviços. Outro desafio encontrado é com relação ao acesso às políticas públicas, que são de extrema importância para responder minimamente às diversas expressões da questão social que as famílias trazem.

Os desafios encontrados enquanto Assistente Social atuante nesse projeto abordado aqui, observei a grande responsabilidade que se coloca para o Serviço Social, no qual tem que dar conta de tudo, da fixação dessas famílias nos empreendimentos, nos encaminhamentos para as outras políticas sem contar as demandas que aparecem ao longo do trabalho. A duração do projeto acaba sendo pouco, pois há um grande número de famílias as quais estão em processo de adaptação no novo contexto de moradia e que muitas vezes já tiveram todos os seus direitos transgredido. Acredito que seis meses de projeto não seria hábil para atender todas as necessidades que as famílias apresentavam, somente um suporte inicial a grande desigualdade que encontramos na política de habitação e no decorrer procurar garantir a cidadania à essas famílias atendidas, no entanto para que isso aconteça é preciso ir além do direito à moradia, é fundamental o direito ao saneamento básico, equipamentos públicos e privados, a mobilidades entre outros.

Para garantir uma moradia digna de qualidade a essas famílias, o trabalho vai além de um projeto social. Acreditamos em um conjunto de ações, as quais buscam a resolução dos problemas habitacionais por meio da participação efetiva do Estado e articulação da política habitacional com outras políticas públicas, para que os programas se tornem mais eficazes na garantia do direito à moradia e a outros serviços públicos e privados que garantam o bem-estar social das famílias atendidas. É ter em mente que a moradia é garantida através da legislação como direito social, mas grande parte da população ainda não alcança esse direito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rafaela, Silveira; Oliveira, Amanda, S; **Famílias Contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida em Maracanaú: Expressão do Projeto de Neodesenvolvimentista na Política Habitacional.** Artigo apresentado na IV Seminário CETROS, Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social- Fortaleza- CE- UECE-Itaperi- maio de 2013. Disponível em <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17366-08072013-171739.pdf> Acesso em 2 de abril de 2016.

AMADO, Camila C. Machado: **A Atuação do Assistente Social na Secretaria da Habitação em Casimiro de Abreu- RJ.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social) - Universidade Federal- Fluminense- Rio das Ostras, 2011.

BARROCO, Maria. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2008.

BLOG PLANALTO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Magalhães, Inês – Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades: **Aponta as principais inovações do Programa Minha Casa Minha Vida 3.** 19 de março de 2016. Disponível < <http://blog.planalto.gov.br/assunto/minha-casa-minha-vida/>> acesso em 08 de abril de 2016.

BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação- Curso de capacitação: **Trabalho Social em programas de habitação de Interesse Social – 2.** Ed. Brasília, 2014 – 336p.

BRASIL, Ministério das Cidades, **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social** Brasília, Primeira impressão: setembro de 2010, 127. P.

BRASIL- Ministério das Cidades - Política de Habitação: **Programa Minha Casa Minha Vida,** Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>> Acesso 20 de março de 2016.

BRASIL- Ministério das Cidades: **Manual de Instrução do Trabalho Social/ Portaria nº 2,** de 22 de janeiro de 2014. Brasília/ DF, Disponível em <http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf> acesso em 13 de abril de 2016.

BRASIL, Caderno Ministério das Cidades de Habitação. **Política Nacional de Habitação,** 2008.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Secretaria Nacional de Habitação Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação –** Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010. 96 p.

BRASIL, COTS – **Caderno de Orientação Técnico Social**, Caixa Econômica Federal- Brasília, 2013.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998

CARDOSO, Adauto. L.; Aragão. Thêmis. A; Araujo. Flavia. S. **Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos Sobre A Construção do Espaço Metropolitano**. Artigo apresentado XVI Encontro Nacional da Anpur. Rio de Janeiro- RJ- Brasil, maio de 2011. Disponível em < http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/adauto_cardoso.pdf> Acesso 30 de março de 2016.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOTSCHALG, Maria. Serviço Social e Desenvolvimento Social. **Revista Conexão Geraes** Nº1, 08 de maio de 2012. Disponível em < <http://www.cress-mg.org.br/Conteudo/dae85eef-c359-45df-8221-c43e9594ad17/Entrevista---Servi%C3%A7o-Social-e-Desenvolvimento-Urbano>> Acesso em 2 de maio de 2016.

HADDAD, Tatiane Paula; PETILO, Kássio Schenepper. O Trabalho Social em Habitação com um Campo de Atuação do Assistente Social. **Anais da IX Jornada de Estágio de Serviço Social: Formação e Prática Profissional do Serviço Social**. Universidade Estadual de Ponta Grossa- Novembro de 2013. Disponível em <<http://www.pitangui.uepg.br/ixestagioss/anais/O%20Trabalho%20Social%20Em%20Habita%C3%A7%C3%A3o%20Com%20Um%20Campo%20De%20Atua%C3%A7%C3%A3o%20Do%20Assistente%20Social.pdf>> Acesso em 2 de maio de 2016.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO. Tatiana.V.Andrade. **Política de Habitação Social e o Direito à moradia no Brasil**. X Coloquio Internacional de Geocrítica – Universidade de Barcelona- 2008. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/158.htm>>. Acesso em 10 de Março de 2016.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

LOUREIRO, Maria Rita; MACÁRIO, Vinicius; GUERRA, Pedro. **Democracia, Arenas Decisórias e Políticas Públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

MARICATO, Ermínia. Nossas Cidades Estão Ficando Inviáveis, **Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Nº8, Edição 66, 27 de julho de 2011. Entrevista Concedida a Gilberto Marin Goni.

Disponível

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2508:catid=28&Itemid=23 > Acesso em 20 de abril de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisa, amostragens e técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de dados**. 7. ed. - 5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINELLI, Maria, Lucia. **Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético Político** in Revista Emancipação, Vol 6, ano 2006.

MUZI, Rafael Terézio. "A Pedra Fundamental": **Trajetória Histórica do Serviço Social na Companhia de Habitação Popular- COHAB. Curitiba (1972-2010)**. Monografia (Trabalho e Conclusão de Curso de Serviço Social) - Escola de Educação e Humanidades, Faculdades Integradas do Brasil, Curitiba, 2010.

Nalin, Nilene Maria **O trabalho do assistente social na Política de Habitação de Interesse Social: o direito à moradia em debate**. – Porto Alegre, 2013. 250. p gráf. il. tab. Tese (Doutorado) – Fac. de Serviço Social, PUCRS. Orientador: Ana Lúcia Suárez Maciel.

OLIVEIRA, Marcelo N; Cassab, Latif A. **O Serviço Social na Habitação: O Trabalho Social como Instrumento de Acesso das Mulheres à Moradia**. Trabalho apresentado. Anais do I Simpósio Sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina. Junho de 2010. Disponível <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/7.MarceloOliveira.pdf> > acesso em 10 de abril de 2016.

SANTOS. Mônica do Espírito, ET AL. **Atuação da Assistente Social na Habitação sob a Ótica dos Novos Espaços Sócio Ocupacional**. Cadernos de Graduação. Ciências Humanas e Sociais Unit. Volume I, Nº 2, p 137 à 146. Março de 2014. Disponível em <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/1011/715>> Acesso em .15 de abril 2016.

SASSO, Mariela. A. S; FRAGA, Cristina, K. **O Processo de Trabalho da Assistente Social na Política Habitacional Desvendando as Possibilidades de Mediação em São Borja**. Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão Volume 2, Nº 1, 2010. Disponível em <<http://seer.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/view/4928>> Acesso em 08 de abril de 2016.

SANTOS. Mônica do Espírito, ET AL. **Atuação da Assistente Social na Habitação sob a Ótica dos Novos Espaços Sócio Ocupacional**. Cadernos de Graduação. Ciências Humanas e Sociais Unit. Volume I, Nº 2, p 137 à 146. Março de 2014. Disponível em <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/1011/715>> Acesso em .15 de abril 2016.

SANTOS, Rosângela Gomes. **Políticas Setoriais Públicas na Intervenção Urbana do Projeto de Regularização Fundiária da Bacia do Rio Formosa.** Monografia do Curso de Especialização: Gestão de Políticas, Projetos e Programas Sociais, PUC/PR. Curitiba, 2009.

SILVA, José. F Siqueira da. Serviço Social e Contemporaneidade: afirmação de Direitos e Emancipação Política in **Revista Ciências Humanas - Unitau.** Volume 1, N° 2, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Política habitacional brasileira, versos e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989.

RAICHELIS, Raquel. **O Serviço Social:** o novo que nasce da tensão entre tendência de continuidade e de transformação. *In* Agenda do Assistente Social do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2006.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional.** 2009. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=461>>. Acesso em 10 março de 2016.